



Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04
(V.00)

Comissão da Política Judiciária sobre Pessoas Idosas do Poder Judiciário do estado do Acre (COMPI)

Pauta:

Dia: 20/03/2026

Horário: 13h

Local: *Google Meet*

Link da gravação: <https://drive.google.com/file/d/1gnwB1GS94uRUFv-O0tqpDwrSMibxCy8-/view?usp=sharing>

Print de imagem da reunião

13:04 | REUNIÃO Comitê COMPI_SEI_0008058-85.2023.8...

Meet REUNIÃO Comitê CO

meet.google.com/gus-chfj-ver7?authuser=0

SEI-TJAC - Editor de... TJAC - Portal CPTC - Inicio WhatsApp Contador de dias en... eproc - Sistema... Normas ABNT 2026... Camva um Kit de Cr... camiacom

Evandro Araújo (Apresentando)

Ação 9

Execução do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA).

Objetivo

Atender à Resolução CNJ nº 526/2023, promovendo a preparação planejada, multidimensional e humanizada de magistrados(as) e servidores(as) para a aposentadoria.

Onde?	Quando?	Quem?	Custos
TJAC	01/03/2026 a 31/10/2026	COMPI SECEP COMAG COBES SEGOV ESJUD	A definir

13:37 | REUNIÃO Comitê COMPI_SEI_0008058-85-2023.8...

Zenice Mota cardozo

Cozinha da Elaine

José Luchian - Promotor de Jus...

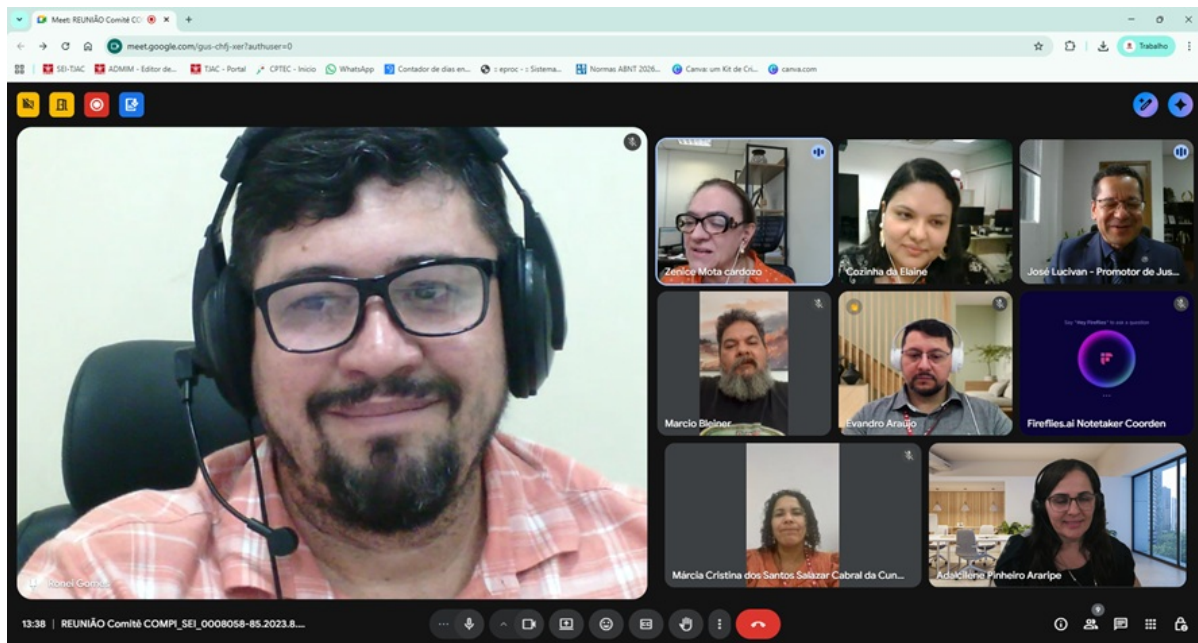
Marcio Bleiner

Evandro Araújo

Fireflies.ai Notetaker Coordena

Márcia Cristina dos Santos Salazar Cabral da Cun...

Adacilene Pinheiro Araripe



Deliberação

ABERTURA: Às 13 horas do dia 20 do mês de março do ano de 2025, a Assessora da Presidência, Adacilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação na plataforma do *Google Meet* do **Comitê de Política Judiciária sobre Pessoas Idosas do Poder Judiciário do Estado do Acre (COMPI)**. Fez o registro dos presentes, conforme consta em lista de participantes abaixo. A reunião foi presidida pela **Doutora Zenice Mota Cardozo**, Juíza Auxiliar da Presidência (GAAUX) e Coordenadora do referido Comitê, que ao cumprimentar a todos, esclareceu que a **PAUTA** da reunião tem por objetivo aprovação de **Plano de Ação 2026**.

Resumo

O Comitê de Política Judiciária sobre Pessoas Idosas (COMPI) se reuniu para aprovar e ajustar um Plano de Ação 2026, fundamentado na Resolução 520 do Conselho Nacional de Justiça, visando monitorar a execução das estratégias e qualificar a atuação judicial.

Discussão e Aprovação do Plano

O Comitê realizou a apresentação de 9 ações propostas com base na Resolução 520 do CNJ, focando no monitoramento, diagnóstico institucional e estratégias operacionais. A periodicidade semestral para as reuniões do Comitê foi aprovada para garantir o acompanhamento da execução do plano.

Ações de Dados e Capacitação

Foi decidido que o levantamento de dados sobre processos judiciais de pessoas idosas é fundamental para um diagnóstico, que subsidiará decisões sobre a especialização de unidades judiciais. A Escola Judicial (ESJUD) confirmou a previsão de formação para magistrados e servidores sobre a Resolução 520 do CNJ em julho de 2026.

Integração de Campanhas e Canais

O Comitê decidiu integrar as campanhas Junho Violeta e de Combate ao Etarismo e sugeriu articular uma campanha conjunta com o Ministério Público e a Defensoria Pública. Foi proposto

que o canal de denúncia institucional seja construído em rede com as Ouvidorias do MP e da Defensoria Pública.

Detalhes

Abertura da Reunião e Apresentações: A reunião do Comitê de Política Judiciária sobre Pessoas Idosas iniciou em 20 de março de 2026, com a presença do Promotor de Justiça, Dr. José Lucivan, e de membros do Comitê (00:12:55). A reunião, que seguiu gravada na plataforma do google meet, foi conduzida pela Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Zenice Mota Cardozo, com o propósito de apresentar uma proposta de plano de ação para aprovação e posterior execução (00:14:02).

Mudança de Função do Promotor de Justiça: Dr. José Lucivan, Promotor de Justiça, informou que, embora esteja atuando em Feijó na área criminal, foi convocado para a capital para responder pela Promotoria do Idoso (00:12:55). A Dra. Zenice Mota Cardozo acolheu a informação, expressando satisfação em saber do seu novo papel e o recebendo no Comitê (00:00:00) (00:14:02).

Apresentação do Plano de Ação (Ações Planejadas): Elaine Cristina da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOV-DIASU) deu início à apresentação da minuta do Plano de Ação, que foi elaborado com base na Resolução 520 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), focada na atenção à pessoa idosa (00:15:14). Foi concedida a palavra a quem apresentaria o Plano, sendo a apresentação conduzida por Elaine e Evandro Araújo (SEGOV) (00:14:02).

Ação 1: Reuniões Periódicas do Comitê: A primeira ação proposta é a realização de reuniões periódicas semestrais do comitê para monitorar a execução do plano de ação e garantir tomadas de decisões estratégicas. A periodicidade semestral (duas reuniões por ano) foi considerada adequada, pois as ações não são complexas, e foi aprovada pelo comitê (00:16:14).

Ação 2: Levantamento de Dados sobre Processos Judiciais: A segunda ação consiste em levantar dados sobre processos judiciais envolvendo pessoas idosas para produzir um diagnóstico institucional, conforme a Resolução 520. O levantamento será realizado pela SEGOV, SETIC e pelo Comitê, e a sugestão foi de estipular um lapso temporal de um ano para o levantamento, com foco no tempo médio de tramitação e no tempo para decisões liminares (00:17:31) (00:21:22). A Dra. Zenice Mota Cardozo destacou que o levantamento é fundamental para municiar a tomada de decisão sobre a especialização ou não de uma unidade judicial para lidar com questões de proteção aos idosos (00:20:01).

Ação 3: Implementação de Indicador de Prioridade Processual: A terceira ação é implementar um indicador de prioridade processual para garantir a correta identificação e tramitação prioritária de processos sobre pessoas idosas, sendo uma ação contínua ao longo do ano. Foi sugerido que o comitê verificasse se existe uma *tag* específica no sistema para identificar processos cujo *assunto* seja a proteção do idoso, diferente das *tags* que apenas identificam a parte como idosa ou superidosa (00:22:50).

Ação 4: Capacitação de Magistrados e Servidores: A quarta ação visa qualificar a atuação judicial e administrativa por meio da capacitação de magistrados e servidores sobre os direitos da pessoa idosa, a ser realizada na Escola Judicial (ESJUD) (00:24:09). Ronei Gomes confirmou que existe uma previsão na agenda da ESJUD para uma formação relacionada à Resolução 520 do CNJ para o mês de julho de 2026, sendo um curso que deve incluir partes presencial e remota (00:25:17) (00:27:29).

Ação 5: Campanha Institucional de Combate ao Etarismo: A quinta ação proposta é uma campanha institucional contra o etarismo, a ser veiculada nas redes sociais e no site do Tribunal de Justiça (TJ), com o objetivo de sensibilizar servidores e magistrados (00:28:31). O Marcio Bleiner, da comunicação, foi convidado a articular uma campanha integrada com a rede de comunicação do Ministério Público e da Defensoria Pública para maior abrangência, possivelmente intensificada em outubro, Mês da Pessoa Idosa (00:29:36).

Ação 6: Campanha Junho Violeta: A sexta ação prevê a Campanha Junho Violeta, focada no enfrentamento da violência contra a pessoa idosa (00:31:54). O comitê concordou que esta ação pode ser integrada à Ação 5, intensificando a comunicação especificamente durante o mês de junho (00:32:53).

Ação 7: Criação de Banco de Magistrados e Servidores Aposentados: A sétima ação propôs a criação de um banco de magistrados e servidores aposentados, em parceria com a COMAG e a SEGEP, para ministrar cursos e palestras na ESJUD, valorizando sua experiência e promovendo a integração intergeracional (00:34:17). Sugeriu-se ajustar o foco da ação de "ministrar cursos" para integrar aposentados

como convidados em *podcasts*, rodas de conversa ou cursos de formação inicial, facilitando o compartilhamento de experiências e superando barreiras como a exigência de formação específica de formadores ([00:35:22](#)) ([00:40:32](#)).

Ação 8: Criação de Canal Institucional de Denúncia: A oitava ação visa criar um canal institucional de denúncia e acolhimento de demandas de pessoas idosas, facilitando o acesso à justiça e permitindo o registro e encaminhamento de denúncias de violência ou negligência ([00:40:32](#)). Foi sugerido que se construa uma rede com as Ouvidorias do Ministério Público (MP) e da Defensoria Pública para que qualquer porta de entrada possa encaminhar a denúncia, evitando que a pessoa idosa precise procurar várias instituições ([00:41:16](#)). Também foi observado que o canal deve ter especial atenção para receber mensagens de áudio, facilitando a acessibilidade para pessoas idosas ([00:44:01](#)).

Ação 9: Execução do Programa de Preparação para Aposentadoria: A nona ação trata da execução de um programa de preparação para aposentadoria, com o objetivo de atender à Resolução 526/2023 e preparar magistrados e servidores para a aposentadoria de forma planejada. Este é um assunto de foco interno, e o comitê se mostrou aberto a acolher e copiar boas práticas que o Ministério Público, se tiver, possa compartilhar sobre o tema ([00:45:22](#)).

Encerramento da Reunião: O comitê encerrou a reunião com as nove ações propostas, sendo que as alterações sugeridas foram anotadas para ajustes posteriores ao modo de apresentação. O Dr. José Lucivan se comprometeu a verificar se o MP tem boas práticas para compartilhar ([00:40:32](#)) ([00:46:43](#)). Foi reforçado que o planejamento é flexível, e uma nova reunião será realizada no segundo semestre para avaliar a execução do Plano ([00:47:24](#)).

Próximas etapas sugeridas

1. Marcio Bleiner vai articular com a rede de comunicação (MP, Defensoria Pública, etc.) para lançar uma campanha integrada de combate ao Earismo, e conversar com Samuel sobre a inclusão da campanha Junho Violeta como intensificação no mês de junho.
2. Elaine vai ajustar a Ação 7 para incluir a criação de banco de magistrados e servidores aposentados para integrar a EJUD como convidados para rodas de conversa, formação inicial ou continuada e podcasts.
3. Cozinha da Elaine Pereira vai se reunir com as ouvidorias do TJ, do MP e da Defensoria Pública para construir uma rede de repasse/encaminhamento de denúncias e demandas envolvendo pessoas idosas, e verificar com a ouvidoria do TJ a possibilidade de atendimento (balcão virtual, vídeo chamada, áudio) para facilitar a acessibilidade e o encaminhamento de demandas de idosos.
4. Elaine Pereira vai passar as modificações das ações para o grupo após a conclusão da reunião para aprovação.

ENCERAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, cuja Ata foi lavrada pela Presidente e pela Secretária dos trabalhos. [\[1\]](#)

Doutora Zenice Mota Cardozo
Juíza Auxiliar da Presidência (GAAUX)

Adalcilene Pinheiro Araripe
Assessora da Presidência

Participantes

1. Dr^a **Zenice Mota Cardozo** (Juíza Auxiliar da Presidência (GAUX3))
2. Dr. **José Lucivan Nery** (Promotor de Justiça-MPAC, em substituição ao Promotor Daisson Teles)
3. **Adalcilene Pinheiro Araripe** (Secretária do Comitê COMPI)
4. **Dala Maria Castelo Nogueira** (membro, ausência justificada)
5. **Elaine Pereira** (participante convidado, TJAC-DIASU)
6. **Evandro Araújo** (participante convidado, SEGOV)
7. **Lucivan Nery** (Promotor de Justiça do Acre-MPAC)
8. **Márcia Cristina dos Santos** (membro)
9. **Marcio Bleiner** (membro)
10. **Maria do Socorro Morais Figueiredo** (membro, ausência justificada)
11. **Ronei Gomes** (membro)

[1] **Ata assinada digitalmente pelo presidente dos trabalhos e secretário. Aplicação análoga do caput do artigo 25 da Resolução-CNJ nº 185, de 18/12/2013 que Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.*



Documento assinado eletronicamente por **Zenice Mota Cardozo, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 23/03/2026, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2356579** e o código CRC **0EDF75FC**.